

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo estuda abater débito de energia da dívida da Venezuela	
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Alta do dólar pressiona preço do diesel e compromete os efeitos do subsídio.....	
Título: Leilão de térmica no NE pode ser definido nesta terça.....	
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Com Repetro, setor externo tem déficit de R\$ 4,4 bilhões em julho	
Título: Para compensar parada da Refinaria de Paulínia, Petrobrás vai importar diesel	
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Consultoria externa vai mapear preços, diz ANP.....	
Título: Leilão da PPSA terá presença de 4 empresas	
Título: Eleição de senadores é derrota da Lava-Jato	
Título: Gerdau já vendeu R\$ 6,5 bi em ativos	
Título: Leilão da Eletrobras recebe três ofertas.....	
Título: Furnas sofre revés na Justiça em disputa com a Cien.....	
Título: Curtas	
Título: Conteúdo local volta ao centro do debate da construção naval	
Título: EAS busca alternativas para 2019	
Título: Petrobras importa para compensar parada da Replan	
Título: Governo tira perpetuidade da Saudi Aramco	

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/08/2018****Seção: Economia****Autor: Eliane Oliveira e Manoel Ventura****Título: Governo estuda abater débito de energia da dívida da Venezuela**

País vizinho deve quase R\$ 1 bilhão ao Brasil de operações comerciais

A área econômica do governo trabalha na tentativa de fazer um “encontro de contas” entre Venezuela e Brasil para evitar que o país vizinho suspenda o fornecimento de energia para Roraima — único estado que não está interligado ao sistema elétrico brasileiro. De um lado, a Eletrobras deve R\$135 milhões aos venezuelanos e tem dificuldades operacionais para pagar a dívida devido a sanções dos Estados Unidos contra Caracas, que impedem transações de bancos estrangeiros com o país.

De outro, a Venezuela deve quase R\$ 1 bilhão ao Brasil de operações de comércio exterior que não foram pagas e tiveram de ser honradas pelo Tesouro Nacional. Segundo fontes da equipe econômica, a ideia é abater o crédito ao qual a Venezuela tem direito do valor devido pelo país ao Brasil. O prazo dado pela Venezuela para quitar a dívida vence no início de setembro. Porém, bancos brasileiros não estão conseguindo repassar o dinheiro para instituições indicadas pelos venezuelanos.

As negociações para fazer o encontro de contas são difíceis e podem demorar por pelo menos mais duas semanas. Roraima importa eletricidade há 17 anos, e ao menos dois terços da energia consumida são gerados pela hidrelétrica de Guri, no Norte da Venezuela.

O restante é produzido por termelétricas. Autoridades do setor elétrico admitem, reservadamente, que há chances de a Venezuela cortar o fornecimento para Roraima. Mas o governo brasileiro assegura que não há risco de o estado ter apagão, pois as termelétricas podem compensar essa falta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/08/2018****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Alta do dólar pressiona preço do diesel e compromete os efeitos do subsídio**

Valor, congelado desde o fim da paralisação, é revisto nesta semana pela agência do petróleo

Rio de Janeiro - A desvalorização cambial das últimas semanas deve levar a um aumento no preço do diesel na próxima sexta (31), quando se inicia uma nova etapa do programa de subvenção ao combustível. Nos últimos dias, com o dólar mais alto, o subsídio de R\$ 0,30 concedido pelo governo tem sido insuficiente para cobrir a diferença entre o preço interno e as cotações internacionais.

Congelado desde o fim de maio, o preço de venda por refinarias e distribuidoras — chamado de preço de comercialização — terá que ser revisto no dia 31, de acordo com a MP (Medida Provisória) que estabeleceu a terceira fase do programa de subvenção, criado no fim de maio para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros.

A partir de sexta, o preço será calculado com base em uma nova fórmula. A previsão era que ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) apresentasse, na noite desta segunda (27), o chamado preço de referência do diesel — uma espécie de simulação, que serve como parâmetro para o valor do combustível praticado pelas empresas caso não houvesse congelamento. Até a conclusão desta edição, o valor ainda não havia sido divulgado.

A fórmula considera o valor, em dólares, do diesel entregue em seis portos brasileiros e custos de importação. Após sugestões do mercado, a ANP incluiu na conta gastos com movimentação e armazenagem nos portos e transporte até os mercados consumidores.

A fórmula anterior, que poderia reduzir o preço, foi criticada por Petrobras e importadores sob o argumento de que inviabilizaria importações em um período de alta demanda pelo combustível.

A ANP disse que só divulgará o novo preço de comercialização do diesel na sexta. De acordo com a MP, ele deve ser igual ao preço de referência menos o desconto de R\$ 0,30 por litro garantido pelo programa de subvenção.

Ao resultado dessa subtração são acrescidos eventuais créditos às empresas em caso de diferença superior a R\$ 0,30 entre o preço interno e a cotação internacional no mês anterior, o que já vem ocorrendo há cinco dias, diante da escalada do dólar.

Entre sexta (25) e segunda (27), o preço de referência para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, por exemplo, era de R\$ 2,5503 por litro, o maior desde o início do programa de subvenção. É superior também ao valor vigente antes do início dos descontos -no dia 22 de maio, o preço médio da Petrobras atingiu o pico de R\$ 2,3716.

Assim, os R\$ 0,30 prometidos pelo governo têm sido insuficientes para cobrir todo o desconto, já que o preço de comercialização para as regiões Sudeste e Centro-Oeste é de R\$ 2,1055. Ou seja, as empresas estão sendo obrigadas a vender diesel a um valor R\$ 0,44 inferior ao que poderiam estar praticando caso não houvesse congelamento.

A diferença de R\$ 0,14 será incluída no cálculo do valor de venda pelos próximos 30 dias do programa. "O preço do dia 30 vai ser pressionado duas vezes: uma, pela fórmula nova e outra, pelo fato de o preço atual estar bem abaixo do internacional", diz o consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

O programa de subvenção completa três meses esta semana, ainda sob críticas de distribuidores e importadores de combustíveis, que veem intervenção excessiva do governo no mercado e reclamam de atrasos no ressarcimento às empresas.

Até o momento, a ANP liberou recursos para apenas quatro companhias, em um total de R\$ 215 mil, referentes ainda à primeira fase do programa. Não foram liberados recursos da segunda fase, que se encerrou no dia 31 de julho. A ANP alega que está analisando os documentos.

As empresas reclamam ainda da proposta da ANP para a divulgação das fórmulas de preços dos combustíveis, atualmente em consulta pública.

"O ideal seria que não houvesse intervenção nenhuma", diz o presidente da Plural, entidade que reúne as distribuidoras, Leonardo Gadotti.

Ele alerta que o governo deveria se preparar para o fim do programa, no dia 31 de dezembro. "O governo montou uma bomba-relógio com data para explodir. No dia 1º de janeiro, o preço terá que subir R\$ 0,30 de uma só vez", diz o executivo.

Após oferta de ações, BR tem o maior preço do diesel

Com uma estratégia de melhorar sua rentabilidade após a oferta de ações em bolsa, a BR Distribuidora, controlada pela Petrobras, passou a praticar preços do diesel mais altos do que a concorrência.

A conclusão é de levantamento feito pelo banco UBS com base em dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) sobre o preço de venda dos postos de gasolina do país.

Os dados mostram que o preço médio dos postos com bandeira BR ultrapassaram o praticado pela Ipiranga em outubro de 2017 e manteve-se mais

caro até junho, quando começou o programa de subvenção e todas as empresas reduziram seus valores.

No fim de setembro, o conselho da Petrobras autorizou o lançamento de ações da BR Distribuidora, realizado em dezembro, que entregou a investidores privados 28,75% do capital da empresa.

Entre setembro e maio, o preço médio dos postos BR subiu mais do que os da concorrência: 14,32%, contra 13,77% da Ipiranga e 13,51% da Shell, marca operada pela Raízen combustíveis, associação entre a empresa anglo-holandesa e a brasileira Cosan.

As diferenças de preços entre as empresas são pequenas, mas para os autores do levantamento, os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra, os dados mostram que a BR vem priorizando suas margens, já que seus postos apresentaram os maiores valores durante a maior parte de 2018.

No balanço do segundo trimestre, a BR foi a única a apresentar aumento de margem, em relação ao mesmo período do ano anterior, com alta de 8,7%, para R\$ 50 por metro cúbico. O valor, porém, ainda é inferior aos R\$ 69 da Ipiranga e R\$ 87 da Cosan.

Em nota enviada à Folha, a companhia disse que não comenta sua política de preços, "mas reafirma o compromisso de adotar políticas que garantam competitividade a sua rede, melhorando os seus resultados e atraindo novos postos para a bandeira Petrobras".

Em relatório, os analistas do UBS dizem que, mesmo com preços mais altos do que a concorrência, a BR vem mantendo sua fatia de mercado durante o ano, com cerca de 30% das vendas. A Raízen também não teve grandes mudanças, mantendo-se em torno de 20%.

Já a Ipiranga ganhou participação, de 17,7% no início de 2017 para 19,6% em julho de 2018. Segundo fontes do setor, a companhia adotou uma política comercial mais agressiva, para tentar recuperar perdas em anos anteriores.

Segundo dados da ANP as três empresas concentravam, ao fim de 2017, 73% das vendas de óleo diesel no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/08/2018****Seção: Mercado****Autor: Tais Hirata****Título: Leilão de térmica no NE pode ser definido nesta terça**

São Paulo - O governo deverá decidir nesta terça-feira (28) sobre a realização de um leilão de usinas térmicas a gás natural no Nordeste.

Haverá uma reunião entre o Ministério de Minas e Energia e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) na qual poderá haver uma definição sobre o tema, afirmou **O Ministro Moreira Franco**.

A EPE, sob o comando de Reive Barros, tem sido uma das principais defensoras da realização do certame. O órgão público é responsável pelos estudos que embasam a construção de usinas.

A proposta inicial era que essa contratação fosse feita por meio de um leilão de reserva —modelo em que o governo compra a energia que será gerada para viabilizar o empreendimento e repassa os custos para a conta de luz de todos os consumidores.

O impacto seria de R\$ 2 bilhões, por 20 anos, segundo cálculo da Abrace (associação dos grandes consumidores de energia elétrica).

A proposta, porém, gerou forte divergência dentro do setor e dos próprios órgãos envolvidos na decisão.

O próprio ministro Moreira Franco dissera, em entrevista à Folha, que não aprovava o leilão de reserva.

Além do impacto na conta de luz, parte dos especialistas questiona a necessidade de se contratar novas usinas.

Um estudo da consultoria PSR indicou que, nos próximos anos, fatores como a finalização de linhas de transmissão de Belo Monte e a entrega de projetos de geração contratados em 2014 e 2015 ampliariam a oferta e reduziram a necessidade de mais usinas.

Defensores da ideia, por outro lado, afirmam que é necessário contratar as térmicas para dar mais segurança energética à região Nordeste, que sofre com uma forte seca (o que reduz a geração hidrelétrica) e que tem expandido sua

geração eólica (que apresentaria riscos ao abastecimento porque depende dos ventos).

No início de agosto, uma reunião para decidir sobre o tema terminou com a determinação de que a EPE apresentasse estudos adicionais para comprovar a necessidade do leilão.

Uma alternativa ao leilão de reserva seria a realização de um leilão de energia nova — que, diferentemente do outro modelo, não se torna um encargo ao consumidor.

A realização desse tipo de certame depende da demanda das distribuidoras — são elas que ditam quanto será contratado, de acordo com sua projeção de demanda futura.

Para Nelson Leite, presidente da Abradee (associação das distribuidoras de energia), pode haver uma demanda decorrente da substituição de usinas térmicas a óleo cujos contratos se encerram em 2023.

Ou seja, pode haver um leilão para contratar novas térmicas a gás (mais baratas e menos poluentes) para que estas sejam construídas em um prazo de cinco anos.

"As empresas foram consultadas, mas cada uma tem sua estratégia. Dependendo da estratégia individual [das distribuidoras], pode ser que alguma declare necessidade."

O acionamento de térmicas a óleo é um dos maiores fatores que elevam a conta de luz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/08/2018

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Com Repetro, setor externo tem déficit de R\$ 4,4 bilhões em julho

Após quatro meses consecutivos fechando no azul, a conta de transações correntes voltou a ficar negativa em julho. Segundo o Banco Central, o Brasil registrou déficit de US\$ 4,43 bilhões no mês passado em suas relações com o exterior. Foi o pior resultado para um mês de julho desde 2015, quando houve déficit de US\$ 5,69 bilhões. Esse rombo na conta corrente reflete as transações do Brasil com outros países nas áreas comercial (exportações menos

importações), de serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e rendas (pagamento de juros, remessas de lucros e transferências).

De acordo com o BC, boa parte do déficit se deve ao registro de importações de plataformas de petróleo no mês passado, que teve efeito líquido de US\$ 2 bilhões no resultado. No mês passado, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) já havia informado que o Repetro – regime fiscal aduaneiro ligado ao setor de petróleo e gás – teria impacto na balança comercial. Na prática, o programa passou a dar benefício tributário para as empresas que nacionalizarem bens que estão hoje em subsidiárias no exterior, como plataformas de petróleo.

Com o resultado de julho, o déficit em transações correntes acumulado no ano atingiu US\$ 8 bilhões. Apesar do déficit, o Brasil segue recebendo Investimento Direto no País (IDP) este ano – o que equivale aos aportes que são feitos por estrangeiros no setor produtivo. Em julho, o País recebeu US\$ 3,9 bilhões. No acumulado do ano até julho, já são US\$ 33,77 bilhões. O resultado de julho ficou levemente abaixo do que esperava o próprio BC (US\$ 4 bilhões).

Para o economista da Brasil Investimentos & Negócios (Brain), André Sacconato, os dados refletem a incerteza eleitoral e indicam que as previsões de que o Brasil receberia investimentos ao redor de US\$ 60 bilhões em 2018 podem não se concretizar. “O que estamos vendo entrar é para manutenção de investimentos iniciados.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/08/2018

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Para compensar parada da Refinaria de Paulínia, Petrobrás vai importar diesel

Combustível. Maior refinaria da estatal, a Replan está com a operação suspensa desde o último dia 20, em função de um incêndio, e, na sexta-feira, foi interditada pela ANP, agência que regula o setor; aumento das importações não interfere no preço do diesel no País

A Petrobrás vai importar 1,5 milhão de barris de diesel e mais 300 mil de querosene de aviação para compensar a parada de produção da sua maior refinaria, a Replan (Refinaria de Paulínia). A informação é do gerente executivo de Logística da petroleira, Claudio Mastella. Ontem, a empresa entregou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que regula

o setor, o plano de retomada da produção da unidade, que foi interrompida no último dia 20 por causa de um incêndio.

A petroleira vai aumentar as importações em um momento em que os importadores da iniciativa privada diminuíram a compra de diesel no mercado externo, alegando prejuízo com a operação desde que o governo começou a subsidiar a venda do combustível no mercado brasileiro, para pôr fim à greve dos caminhoneiros. “Isso (importação) é para repor estoque e, mais pra frente, dependendo da refinaria, podemos importar mais”, disse Mastella, que prevê a volta da parte da refinaria não afetada pelo incêndio ainda esta semana, com metade da carga processada.

O maior volume de importação não interfere no preço do diesel ao consumidor, porque, desde que aderiu ao programa de subvenção do consumo do combustível, do governo federal, a estatal optou por manter os valores congelados nas suas refinarias.

O litro está em R\$ 2,0316 desde 1.º de junho. Há a perspectiva de reajuste somente no mês que vem, quando passa a valer novo cálculo do subsídio, considerando os custos logísticos para trazer o produto de outros países e também a alta do dólar. A metodologia, que incorpora o frete e valerá do dia 31 até o fim do ano, foi divulgada ontem pela ANP.

Trabalhadores.

A Replan tem capacidade instalada para processar 415 mil barris diários de petróleo e operava perto do limite. Após o acidente, a Petrobrás anunciou que voltaria a produzir derivados de petróleo na parte da unidade que não foi afetada pelo incêndio, o que deixou os empregados inseguros, segundo o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Simão Zanardi. Ele acusa a falta de efetivo e de manutenção como a causa do acidente.

“As refinarias estavam com cargas baixas, quase parando. Após a greve dos caminhoneiros, a carga das refinarias vem subindo. Porém não tem trabalhador suficiente para manter a operação segura.” A Replan é alvo de protestos de sindicatos devido à segurança de operação desde o ano passado, quando parou após um acidente que espalhou partículas poluentes no seu entorno. O anúncio da volta de parte da produção foi criticada pela FUP, que denunciou a falta de segurança da unidade à Justiça e à ANP.

Segundo a FUP, na tarde de sexta-feira a juíza Veranici Aparecida Ferreira da 2.ª Vara do Trabalho de Paulínia determinou prazo de 48 horas para que a Petrobrás se manifestasse sobre a volta da unidade, ao mesmo tempo em que a ANP interditou a refinaria.

Origem.

Nas negociações para pôr fim à greve dos caminhoneiros, em maio, o governo se comprometeu a dar um subsídio de R\$ 0,46 no preço do diesel até o final do ano para os importadores, a fim de equipar o valor com o mercado internacional e garantir o abastecimento do mercado interno. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o subsídio é insuficiente para cobrir os custos de importação e o preço de referência calculado para o pagamento dos importadores pelo governo deveria ter um acréscimo de R\$ 0,15 para valer a pena.

Desde que a Petrobrás começou a praticar a paridade do preço da gasolina e do diesel com o mercado internacional, em julho do ano passado, as importações do combustível subiram expressivamente, atingindo o recorde de 10,3 milhões de barris em janeiro deste ano. Com o anúncio do subsídio, as importações caíram para cerca de 4 milhões de barris, segundo dados da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Consultoria externa vai mapear preços, diz ANP

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, se reuniu ontem com uma equipe da Argus Media, empresa fornecedora de dados de preços de energia, para uma conversa sobre o que é necessário para que tanto ela como a concorrente Platts - que terá uma reunião na ANP na quarta-feira - publiquem os preços dos combustíveis comercializados no Brasil para distribuidores em 35 diferentes pontos de comercialização. Hoje, apenas a média é conhecida.

Os preços não são aqueles que são cobrados ao consumidor final, mas aqueles praticados entre importadores, produtores e distribuidoras. "O objetivo é saber o que é preciso para criar as condições adequadas para que os preços praticados nos diferentes pontos do Brasil sejam divulgados", disse Oddone ao **Valor**.

A Argus, que segundo Oddone não cobrará do regulador pelo serviço, já informou que a movimentação de combustíveis importados pelos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Suape (PE) têm muita liquidez, e por isso já conta com boa base de informações. "Eles disseram que já trabalham para criar uma metodologia para calcular o frete. E, com a publicação dos preços da Petrobras

e outros agentes, sem ser pela média regional, será possível divulgar preços nos principais pontos do Brasil", explicou o diretor-geral da ANP.

Oddone, que trabalhou na Petrobras por 35 anos, diz estar convicto de que, quando a ANP passar a divulgar os preços de referência das importações de diesel, gasolina e outros combustíveis no Brasil, incluindo os da estatal, "a sociedade vai entender, pela primeira vez em 60 anos, a formação dos preços [dos combustíveis] no Brasil".

Segundo ele, a falta de transparência da estatal faz com que os importadores precisem adivinhar o preço que ela pratica, o que atrapalha a competição.

"E aí eles fazem compras [de combustíveis] com base no índice da Nymex [Bolsa Mercantil de Nova York], que é um índice muito mais volátil e não característico do mercado, e essa volatilidade é transmitida para os preços deles e também para o mercado brasileiro", disse Oddone.

As medidas adotadas pela agência para aumentar os níveis de transparência do setor de combustíveis, e diminuir o que Oddone considera como opacidade, vão na direção de um mercado mais competitivo, que beneficie mais o consumidor.

O diretor-geral da ANP considera fundamental que o preço de comercialização do diesel e outros combustíveis, incluindo o gás natural, seja conhecido no Brasil porque acredita que essa seja a única maneira de garantir a competição e maior eficiência no mercado. "Para sermos menos dependentes de importação é preciso atrair mais investimentos em refino para o Brasil", disse.

Oddone explicou que a ANP já tem contrato com a Platts, mas considera o levantamento feito pela Argus mais completo para os fins de levantamento de custos de importação de combustíveis. Ele esclareceu que a ANP usará os dados da Platts gratuitamente.

A agência reguladora também divulgou ontem a nova fórmula que deverá ser usada para calcular o preço de referência do diesel que servirá de base para a definição do preço de comercialização que dará direito ao subsídio de R\$ 0,30 por litro. O programa de subvenção, como prefere chamar o governo, entrará na terceira fase e tem reservados R\$ 9,5 bilhões pelo Tesouro Nacional como contrapartida do governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, em maio.

A nova fórmula será válida de 31 de agosto a 31 de dezembro. Entre as mudanças está a troca dos indicadores da Platts pelo preço de referência da Argus, que será usado para calcular a paridade de importação (PPI).

O PPI será o custo do diesel importado do Golfo americano e desembarcado nos portos de Itaquí (MA), Suape (PE), Paranaguá (PR) e Santos (SP), acrescido de

custos como seguro, frete e até a multa cobrada do importador enquanto o navio espera espaço para desembarcar uma mercadoria no porto, chamada "demurrage".

A ANP também inclui os custos de armazenagem e movimentação nos terminais portuários e ainda os gastos com logística interna (frete rodoviário) até cada uma das regiões do país consideradas na legislação que trata do subsídio: Norte (exceto Tocantins), Nordeste (incluindo Tocantins), Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

O novo preço de referência que vai servir para pagamento do subsídio de setembro só será divulgado no dia 31 de agosto e depende da variação do preço do petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Claudia Schuffner, André Ramalho e Bruno Villas Boas | Do Rio

Título: Leilão da PPSA terá presença de 4 empresas

Quatro companhias se habilitaram para participar do leilão que a Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) marcou para a venda de petróleo da União que vai acontecer na B3 dia 31 de agosto. Desta vez, a Shell (única empresa inscrita no leilão anterior mas que não fez proposta- vai competir com Total E&P Brasil, Repsol Sinopec e Petrobras.

A PPSA vai oferecer no leilão parte do petróleo dos campos de Mero, Lula e Sapinhoá. Pelo modelo definido pela empresa, os contratos serão oferecidos individualmente e o petróleo poderá ser comprado em contratos de 12 meses ou 36 meses. A projeção da estatal é de que em três anos os contratos terão produzidos 14,4 milhões de barris de petróleo da União nesses campos, que são operados pela Petrobras.

O presidente da PPSA, Ibsen Flores, reforçou que a estatal quer se tornar, no futuro, uma exportadora de petróleo. A companhia é a responsável pela comercialização do óleo ao qual a União tem direito, nos contratos sob o regime de partilha.

O objetivo é permitir que a empresa atinja novos mercados e, assim, obter melhores preços pelo petróleo da União. A PPSA pode por lei fazer leilões nacionais ou internacionais para venda do petróleo da União, mas, para que possa fazer uma licitação internacional, a companhia precisa da licença de exportação.

O presidente da estatal também destacou que, para se tornar exportadora, a PPSA pretende contratar por conta própria navios aliviadores e, assim, conseguir vender diretamente para clientes no exterior.

"Não dispomos de navios de logística para fazer a retirada do petróleo. Temos que nos valer de empresas que têm essa infraestrutura. Essas empresas são as companhias que atuam no Brasil. No médio e longo prazos vamos nos capacitar para sermos exportadores e buscarmos os mercados internacionais", disse Flores, que participou ontem do seminário "O Futuro da Indústria Naval", realizado pelo **Valor**, em parceria com o Estaleiro Atlântico Sul, no auditório da sede da Infoglobo, no Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Política

Autor: Raymundo Costa

Título: Eleição de senadores é derrota da Lava-Jato

A desconcertante liderança de Lula nas pesquisas eleitorais não é a única derrota em curso da Operação Lava-Jato. No Senado, palco de um dos maiores confrontos entre o Legislativo e o Judiciário por conta das investigações, o senador Renan Calheiros (MDB) está com sua reeleição praticamente assegurada. Junto com ele estão de volta todos os principais investigados pelas operações iniciadas ao amanhecer e que viraram de ponta cabeça o mundo da política, segundo as pesquisas divulgadas na última semana. Em resumo, pelo menos na chamada Câmara Alta o efeito da Lava-Jato é zero.

A renovação, como um todo, é mínima, pois os "novos senadores" que estão à frente nas pesquisas eleitorais ou já ocuparam o cargo ou são políticos de velha cepa, como Sarney Filho, o Zequinha, do clã Sarney, cuja irmã Roseana, mais uma vez concorre ao governo do Maranhão.

O filhotismo, aliás, é outra praga que os novos tempos enunciados pela Lava-Jato não conseguiram erradicar. "As cadeiras seguirão nas mãos de oligarquias conhecidas", diz o consultor e jornalista Weiller Diniz, vice-presidente da Máquina Cohn & Wolfe, do alto de sua experiência de 30 anos no Senado, que se dedica a esmiuçar e decifrar números relativos ao Congresso para as grandes corporações do país.

Mantida correlação de forças no Senado, segundo pesquisas

O cenário hoje registrado pelas pesquisas é uma fotografia do momento, pode mudar sobretudo após o início da propaganda eleitoral gratuita. Mas os levantamentos já feitos nos 26 Estados e Distrito Federal, sobretudo aqueles com a marca Datafolha e Ibope, indicam que o MDB - um dos partidos mais atingidos pelas investigações - continuará no comando do Senado, pois está em vias de eleger 12 senadores que se somariam aos 4 que têm mandato até 2022. Perderia 1 cadeira [hoje tem 17], mas continuaria com a maior bancada.

Ao menos 7 dos atuais caciques do MDB devem se reeleger: Eunício Oliveira (CE), atual presidente da Casa, Renan Calheiros (AL), líder da bancada, Jader Barbalho (PA), Garibaldi Filho (RN), que também já presidiu o Senado, Eduardo Braga (AM), ex-ministro de Minas e Energia, Roberto Requião (PR), da ala dissidente da atual direção partidária, e Romero Jucá (RR), uma espécie de faz-tudo no governo Temer (até a saída da liderança, ontem, não passa de uma jogada eleitoral). Eles detêm o controle da Casa. Entre os "novos", José Fogaça (RS) e Jarbas Vasconcellos (PE) - 2 ex-senadores - devem engrossar a bancada, mas provavelmente serão minoritários.

Na prática, isso significa que Renan Calheiros, que responde a uma dezena de processos no Supremo Tribunal Federal (STF), alguns deles decorrentes da Lava-Jato, tem boas chances de voltar à presidência da Casa. Na realidade seria o favorito. Na gestão Rodrigo Janot, o Ministério Público Federal chegou a pedir a prisão de Renan, então presidente do Senado, com base num inquérito que três meses depois pediria para arquivar. É o inquérito baseado nas declarações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que envolvia entre outros o ex-presidente José Sarney e o atual líder da bancada, Romero Jucá.

Cinco anos depois dos protestos de junho de 2013, quando uma das reivindicações era a derrubada da PEC 37, que limitava o poder de investigação do Ministério Público, as urnas querem dizer alguma coisa. Talvez o eleitor não esteja gostando do tratamento diferenciado dado aos partidos ou o empenho quase obsessivo para manter Lula atrás das grades até a eleição. É quase uma confissão de que Lula está preso para não concorrer, como dizem os detratores da Lava-Jato.

O PT, que junto com o MDB foi estraçalhado nas investigações, de acordo com as pesquisas até aqui estaria elegendo 9 senadores que, somados aos 2 que detêm mandatos até 2023, formariam a segunda maior bancada do Senado. Não é pouca coisa. Em 2016, o partido parecia nocauteado. Em 2018 reaparece revigorado, com a liderança de Lula nas pesquisas de opinião e o vazio deixado pelo governo Temer e tem tudo para se tornar a segunda maior bancada do Senado, eleger 5 governadores e 55 deputados federais, o que o deixará entre os grandes da Câmara.

Para o Senado, os nomes mais competitivos do PT, no momento, são Humberto Costa (PE), Lindbergh Farias (RJ) e Paulo Paim (RS) devem voltar. O vereador Eduardo Suplicy (SP), o ex-governador Jaques Wagner (BA) e a ex-presidente da República Dilma Rousseff (MG) lideram as pesquisas e dificilmente ficarão sem uma das 2 vagas em seus Estados. Mas Lula, pelo retrato do momento, não terá apenas o PT no Senado a partir de 2019 - no mesmo balaio ele pode incluir aliados que estão se elegendo em outubro como Zequinha Sarney, Renan e o atual presidente da Casa, Enunciado Oliveira.

Quem ainda não deslanchou - assim como seu candidato Geraldo Alckmin - foi o PSDB. Os tucanos têm 5 candidatos com boas chances de eleição e se tornariam a terceira maior força do Senado, seguida do PSB e do PP com 6 senadores cada. O PP está elegendo 5 nomes.

"Ao contrário do que se imaginava, a renovação [nomes novos, não contabilizados ex-senadores, ex-governadores ou deputados] é de apenas 13%, com destaque para reeleição dos principais alvos da Lava-Jato em todos os partidos", destaca Diniz. O levantamento aponta também para maior fragmentação no Senado.

Atualmente 15 legendas têm senadores. Além delas passarão a integrar o Senado o PSC, o PHS, o Psol e o PV, totalizando 19 partidos em uma casa de 81 membros, dificultando a formação da maioria. A eleição para o Senado é majoritária, mas sofre a influência das coligações proporcionais (principal razão dos quase 30 partidos representados na Câmara) feitas para eleições de deputados, que somente serão banidas a partir das próximas eleições.

As pesquisas já permitem desenhar o cenário mais provável da distribuição do poder no Senado Federal. São 54 as cadeiras em disputa, dois terços da composição da Casa (81 senadores). O mais provável é a manutenção da atual correlação de forças, o que ainda é cedo para dizer qual será a repercussão em relação ao próximo governo, depende do eleito, mas certamente uma provação a mais para as investigações conduzidas pelo Ministério Público, ao menos no que diz respeito ao modelo atual.

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail: raymundo.costa@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás, Rita Azevedo e Ivan Ryngelblum | De São Paulo****Título: Gerdau já vendeu R\$ 6,5 bi em ativos**

Ao anunciar mais uma venda de ativo, a Gerdau vai superar R\$ 6,5 bilhões em negócios dos quais se desfez nos últimos quatro anos, em um programa para se concentrar nas operações mais rentáveis. A decisão de otimizar a carteira de ativos, aliada a uma série de trimestres com geração de caixa, podem cortar sua dívida em mais de R\$ 10 bilhões ante o pico de 2015, calculam analistas.

O conselho de administração da siderúrgica aprovou, na sexta-feira, a alienação da Gerdau Hungria KFT y Cia Sociedade Regular Colectiva, que detém 98,89% da Gerdau Steel India, por US\$ 120 milhões - cerca de R\$ 485 milhões -, mostra fato relevante publicado ontem. A unidade tem capacidade de 250 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados, ou 8% do segmento de aços especiais.

A Gerdau já havia saído em 2016 do negócio de aços especiais na Espanha e agora termina o processo de se concentrar no Brasil e nos Estados Unidos, países em que tem um parque maior e melhores margens. Há algum tempo, o mercado esperava que a companhia se desfizesse também do ativo na Índia. Em 2018, a empresa ainda vendeu as fábricas de vergalhões nos EUA, uma unidade também americana de fio-máquina e hidrelétricas.

Depois que começou a eleger quais operações não eram mais tão interessantes economicamente, a siderúrgica atingiu o pico de R\$ 20,84 bilhões em dívida líquida ao fim de setembro de 2015. Chegou a junho deste ano com R\$ 15,17 bilhões em obrigações financeiras menos o caixa. Agora, o mercado estima que os esforços, somados à aceleração dos resultados, pode levar a cifra para R\$ 10 bilhões ou menos.

O BTG Pactual, por exemplo, calcula que a dívida líquida terminará 2018 em R\$ 9 bilhões, considerando que suas contas para o lado operacional se confirmem e a alienação do ativo na Índia seja concluída até o fim do ano. O Bradesco BBI, por sua vez, crê em patamar de R\$ 10 bilhões.

A alavancagem financeira, por sua vez, de dívida líquida/Ebitda, terminou o primeiro semestre em 2,7 vezes e o BTG enxerga espaço para que o índice caia mais, para 1,3 vez. O Bradesco projeta nível de 1,5 vez.

"O plano de otimização de ativos da Gerdau já terminou, em nossa opinião, apesar de a companhia ainda considerar desinvestimentos menores", diz o Bradesco. Procurada, a empresa disse que não comentará o assunto.

A Gerdau é, no setor, quem mais se desalavancou com vendas de ativos. A Usiminas colocou a área de bens de capital à venda, mas não recebeu propostas firmes, e reduziu a dívida com uma injeção de capital dos controladores. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) já prometeu se desfazer de cerca de oito ativos, mas alienou dois até agora, por R\$ 2,2 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Leilão da Eletrobras recebe três ofertas

O leilão de privatização das distribuidoras da Eletrobras em Rondônia, Roraima e Acre está mantido para quinta-feira, apurou o **Valor** com fontes com conhecimento da situação. O BNDES recebeu ontem, na B3, as propostas dos interessados pelas distribuidoras. O horário para entrega das garantias foi entre 12h e 15h.

Segundo fontes, três empresas apresentaram propostas pelas companhias. O **Valor** apurou que a Oliveira Energia, que opera geradores nos Sistemas Isolados (regiões no Norte do país não interligadas ao restante do território), fez uma proposta pela Boa Vista Energia, de Roraima.

A companhia tem ainda interesse em arrematar a concessão da Amazonas Energia, que deve ser licitada ao fim de setembro.

As outras citadas pelo mercado como habilitadas são Equatorial, que já levou a Cepisa (concessionária do Piauí) no fim de julho, e a Energisa. A primeira teria feito uma oferta pela Eletroacre, enquanto a empresa controlada pelos Botelho teria se habilitado para disputar a Ceron (Rondônia).

Procurada, a Equatorial não respondeu até o fechamento desta edição. A Energisa não comentou as informações. A habilitação para o leilão não garante que as empresas entregarão, de fato, os envelopes no leilão. A disputa está marcada para quinta-feira às 15h, na sede da B3 em São Paulo.

A disputa pela Cepisa surpreendeu por só receber a oferta da Equatorial, uma vez que a distribuidora do Piauí era considerada o melhor dos ativos colocados à

venda pela Eletrobras. A companhia fez uma proposta agressiva, ao abrir mão de toda a flexibilização tarifária aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para garantir a atratividade das concessionárias.

Isso foi possível devido às sinergias que serão capturadas pela companhia na concessão do Piauí, muito próxima da Cemar, distribuidora do Maranhão também operada pela Equatorial. A companhia também é concessionária da Celpa, no Pará, o que indica que tem sinergias com outras distribuidoras na região Norte.

Em relatório publicado na semana passada, o Bradesco BBI apontou que Equatorial e Energisa são as principais candidatas à aquisição das concessionárias da Eletrobras em Rondônia e no Acre. Segundo os analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira, o fato de a Cepisa só ter recebido uma oferta não significa que outros não teriam interesse nas distribuidoras do Norte.

Pelos cálculos dos analistas, a Ceron pode atingir um valor presente líquido de R\$ 757 milhões no leilão, caso o vencedor dê uma oferta sem desconto em relação às flexibilizações tarifárias concedidas pelo regulador. No mesmo cenário, a Eletroacre teria valor presente líquido de R\$ 124 milhões. A Boa Vista Energia, por sua vez, teria valor de R\$ 154 milhões para um potencial comprador. As distribuidoras estão sendo vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil cada, mas envolvem a assunção de dívidas e a obrigação de fazer investimentos pesados na melhoria do serviço prestado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Furnas sofre revés na Justiça em disputa com a Cien

Furnas sofreu novo revés em disputa judicial com a Companhia de Interconexão Energética (Cien), do grupo Enel, em uma discussão que envolve cerca de R\$ 1,7 bilhão, a valores de hoje, relativa a um contrato de fornecimento de energia da subsidiária da companhia italiana para a estatal brasileira. Na última semana, os desembargadores da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) negaram provimento à apelação de Furnas contra a decisão em primeira instância, que havia julgado o pleito da estatal improcedente.

O caso remonta ao fim da década de 1990 e o início dos anos 2000. Após vencer licitação em 1997, a Cien ficou responsável por construir o sistema de

interligação energética entre Brasil e Argentina e por contratar energia do país vizinho para fornecer à Furnas, que comercializaria esse montante no mercado local.

Por volta de 2005, porém, devido à crise energética na Argentina, que buscou priorizar o uso de gás natural para calefação, em detrimento à geração de energia, a Cien encontrou dificuldades em obter energia elétrica daquele país para fornecer ao Brasil e alegou motivo de força maior para o não cumprimento do contrato. A situação excepcional foi reconhecida tanto pelo **Ministério de Minas e Energia** quanto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Cinco anos depois, contudo, Furnas decidiu acionar a Justiça contra a Cien, pelo não cumprimento do contrato, e pedindo o pagamento de multas contratuais correspondentes a R\$ 520 milhões. Corrigido a valores de hoje e somando juros, esse montante totaliza R\$ 1,730 bilhão, além de indenização por perdas e danos.

Segundo o advogado Fabiano Robalinho, do escritório Sergio Bermudes, que representa a Cien, de fato nunca houve um documento formal do governo argentino informando sobre a decisão de não fornecer mais energia à companhia naquela época. Ele explica, porém, que em inúmeras vezes, o governo decretava que em determinados dias o gás natural deveria ser priorizado para calefação e não geração elétrica.

Robalinho acrescenta que, devido à crise energética iniciada com a ausência de investimentos pelo congelamento tarifário, a Argentina deixou nos últimos anos a condição de potência exportadora para a de uma nação dependente dos excedentes energéticos dos países vizinhos, inclusive o Brasil.

Ele ressalta ainda que a Cien investiu R\$ 2 bilhões para construir a infraestrutura que liga os sistemas elétricos de Brasil e Argentina.

Procurada, Furnas informou ao **Valor** que está aguardando a publicação do acórdão e que adotará as medidas judiciais cabíveis para a melhor defesa de seus interesses.

Furnas ainda tem a possibilidade de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas, segundo Robalinho, a medida, caso seja tomada, terá efeito apenas de retardar o desfecho do processo. "Teoricamente, se Furnas recorrer [ao STJ] será meramente protelatório, porque o recurso especial não serve para discutir provas", diz o advogado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 28/08/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Leilão de petróleo

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) informou ontem que Petrobras, Shell Brasil, Total E&P do Brasil e Repsol Sinopec foram habilitadas a participar do leilão de barris de petróleo da União a ser realizado na sexta-feira, às 12h. A estatal, vinculada ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, vai vender 14,4 milhões de barris de petróleo em lotes de Mero (10,6 milhões de barris), Sapinhoá (600 mil barris) e Lula (3,2 milhões de barris), todos na Bacia de Santos. A aquisição poderá ser feita para 12 ou 36 meses.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 28/08/2018**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho e Bruno Villas Bôas | Do Rio**Título:** Conteúdo local volta ao centro do debate da construção naval

A flexibilização da política de conteúdo local voltou a polarizar o setor de óleo e gás. Em meio à forte adesão das petroleiras às novas regras que permitem a redução dos percentuais de nacionalização, os estaleiros alertam para a falta de perspectivas de grandes contratações e prometem uma série de medidas judiciais e administrativas para reverter as mudanças das regras. A Agência Nacional de Petróleo (ANP), por sua vez, prega a busca de um consenso para garantir a competitividade do setor petrolífero como um todo.

O debate sobre o conteúdo local e os rumos da indústria naval foi a tônica do seminário "O Futuro da Indústria Naval", realizado ontem pelo **Valor**, com o patrocínio do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), no Rio.

Para o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Ariovaldo Rocha, os estaleiros brasileiros caminham para fechar suas portas até 2020. Segundo ele, os novos percentuais de nacionalização de plataformas - de 25% para novos contratos e 40% para contratos vigentes - não deverão, na prática, se refletir em demandas por construção de plataformas no país. Rocha citou o caso da japonesa Modec,

responsável pelo contrato de construção da plataforma de Libra e que subcontratou, no país, apenas um módulo para a plataforma, junto ao estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis (RJ).

O Sinaval ingressou com pedido no Tribunal de Contas da União (TCU) para suspender a celebração dos 280 aditivos contratuais que permitirão a redução dos percentuais de nacionalização para concessões vigentes. Em paralelo, Rocha prometeu contestar as mudanças na Justiça.

"Esperamos que haja uma solução [para o impasse sobre o conteúdo local]", disse Rocha, que destacou que a indústria nacional é competitiva, mas jamais terá condições de competir, em preço, com os estaleiros chineses.

"Não enxergo para a indústria, para o estaleiro, que investiu, demanda nem da Petrobras e nem de outras empresas do setor... Todos estão indo para afretamento, não consigo deslumbrar o que vamos fazer a partir do ano que vem", disse o presidente do EAS, Harro Burmann.

Em referência à ameaça de judicialização do Sinaval, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone saiu em defesa das novas regras e convidou a indústria de óleo e gás à construção de um consenso. Segundo ele, a dificuldade pelo qual os estaleiros passam hoje não é fruto das mudanças recentes nos percentuais de conteúdo local. "Que não se permita que disputas judiciais sejam capazes de prejudicar o avanço de coisas importantes, como é o avanço da indústria de óleo e gás", disse Oddone.

Ele alegou que a situação do setor de óleo e gás estava "dramática", frente à queda do preço do barril e à descontinuidade dos leilões nos últimos anos, e que uma série de projetos estava travada.

"50% e 60% de conteúdo local sobre nada é nada... [A nova regra de conteúdo local] vai gerar uma demanda relevante, mas o futuro da indústria local depende também de competitividade... Estamos passando por momento de descarbonização no mundo. Tem uma série de países que está diminuindo consumo de fósseis por decisões políticas. Isso bota mais pressão ainda sobre custos, sobre o preço do petróleo. Se não formos competitivos, vai ficar petróleo debaixo da terra", defendeu Oddone.

A visão da própria indústria fornecedora não é um consenso. Segundo o presidente da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Diego Reis, os novos percentuais, mesmo mais baixos, são satisfatórios para os fornecedores de bens e serviços.

"Podemos fazer mais, mas [esse percentual] é suficiente para estimular o comprador a buscar as empresas brasileiras. Vai servir como ferramenta de aproximação", afirmou Reis.

Do lado das petroleiras, o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), José Firmo, afirmou que a demanda por bens e serviços deve se intensificar quando as áreas leiloadas desde o ano passado migrarem da fase de exploração para desenvolvimento da produção, à partir da próxima década.

Sem novos contratos para construção de plataformas, a atenção dos estaleiros se volta para a busca de alternativas. Burmann, do EAS, conta que busca oportunidades para construção de navios de cabotagem - que transportam não só petróleo, mas também cargas gerais pela costa. O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), Bruno Lima Rocha, disse que as empresas de apoio marítimo também devem voltar a contratar a construção de barcos de apoio offshore dentro de dois anos.

A Transpetro, subsidiária da Petrobras, por sua vez, pretende contratar estaleiros para a realização de 17 operações de manutenção e reparos de navios no ano que vem, a chamada docagem. Cada contrato de docagem custa em média US\$ 1 milhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: EAS busca alternativas para 2019

Na reta final das obras de construção dos três últimos petroleiros aframax encomendados pela Transpetro, o Estaleiro Atlântico Sul (EAS) busca alternativas para manter suas atividades a partir de 2019. Controlado pela Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, a companhia não vê perspectivas de novos contratos para cascos de plataformas, após a flexibilização da política de conteúdo local, mas mira oportunidades para fornecer navios de cabotagem (navegação entre portos marítimos de um mesmo país, sem se distanciar da costa) no curto prazo.

O presidente do EAS, Harro Burmann, disse que o mercado de cabotagem pode servir como uma "ponte para o futuro", ao garantir encomendas por pelo menos mais dois anos. Segundo ele, no entanto, independentemente de fechar novos negócios até outubro, a empresa deve reduzir sua força de trabalho entre

dezembro e janeiro. Hoje, a companhia emprega 3,3 mil trabalhadores no complexo industrial de Suape (PE).

"Com qualquer cenário vai ter redução da mão de obra", afirmou o executivo, que participou ontem do seminário "O Futuro da Indústria Naval", realizado pelo **Valor**, com o patrocínio do EAS, no Rio.

Burmam conta que outubro é o limite para que a empresa consiga garantir novas encomendas para 2019 e, assim, dar condições para negociar um "layoff" com seus funcionários. Ele acredita que, no curto prazo, a demanda potencial é de oito navios de cabotagem.

Segundo o executivo, há conversas em andamento, mas o destravamento da construção de navios de cabotagem no país depende de uma solução para entraves na garantia de financiamento de armadores.

"Se conseguirmos quatro navios por ano, manteríamos os níveis de emprego de hoje. Se [fechamos novos] projetos até outubro, conseguimos dar seguimento [às atividades do estaleiro] no ano que vem", afirmou.

Outra oportunidade de negócio que o EAS acompanha de perto é o de serviços de manutenção e reparos de navios, a chamada docagem, e os navios aliviadores (que escoam a produção de petróleo das plataformas). A Transpetro, subsidiária da logística da Petrobras, por exemplo, pretende contratar estaleiros para a realização de 17 operações no ano que vem. Os contratos de docagem, no entanto, custam em média US\$ 1 milhão, muito abaixo de um contrato para construção de plataforma, na casa de bilhão.

O executivo criticou as mudanças nos percentuais de conteúdo local para novos contratos, reduzidos para 25% para plataformas. "Sem política de conteúdo local ninguém vai fazer nada aqui [no Brasil]", disse o executivo.

Segundo Burmann, mesmo os índices de 40%, adotados para plataformas para contratos vigentes, não atendem ao pleito do estaleiro, uma vez que nas novas regras não há obrigatoriedade de construção de cascos no país. "E o que gera emprego é fazer casco", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Petrobras importa para compensar parada da Replan

A Petrobras vai importar cerca de 1,5 milhão de barris de diesel para compensar a parada da refinaria Replan, em Paulínia (SP). Responsável por 20% da carga processada no país, a unidade não opera há uma semana, desde a ocorrência de um incêndio de grandes proporções no último dia 20, e foi interditada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) na sexta-feira passada.

O gerente-executivo de logística da Petrobras, Cláudio Mastella, disse que a empresa espera retomar as operações da refinaria Replan, em Paulínia (SP), esta semana ainda. Segundo o executivo, a companhia importará seis cargas, sendo cinco de diesel, de 300 mil barris cada, e uma carga de querosene de aviação. A parada da Replan, no entanto, não deverá afetar significativamente o resultado financeiro do terceiro trimestre da estatal.

"Logicamente tem um impacto, perde-se parte da margem do negócio, mas não é significativo", afirmou o gerente-executivo, que participou ontem do seminário "O Futuro da Indústria Naval", realizado pelo **Valor**, com o patrocínio do Estaleiro Atlântico Sul, no Rio de Janeiro.

A parada da Replan, segundo Mastella, está sendo compensada pelo aumento tanto das importações como da carga processada nas demais refinarias.

Segundo o gerente, praticamente todas as refinarias aumentaram sua carga de processamento. Para Mastella, um patamar de processamento de 80% a 90% é "um número razoável" para o momento.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, afirmou que aguarda uma comunicação formal da Petrobras para realizar uma auditoria sobre a situação da refinaria. Ele não deu prazo para liberação da operação da Replan.

"A Petrobras é que é responsável por colocar [a refinaria] em condição de segurança. Quando vai ser isso? Não sei, depende da Petrobras. Quando a refinaria estiver pronta a voltar, a Petrobras vai acionar a ANP para a auditoria. A Petrobras precisa informar formalmente a agência de que a refinaria está pronta", disse Oddone.

A Petrobras esclareceu que a medida cautelar de interdição parcial da refinaria manteve liberadas as operações de utilidades, tancagem e entrega de produtos. A companhia informou, ainda, que está providenciando os documentos e informações requeridos pela ANP que comprovem as condições de segurança adequadas para a retomada segura da operação das unidades que não foram afetadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Anjli Raval | Financial Times.****Título: Governo tira perpetuidade da Saudi Aramco**

A Arábia Saudita diminuiu a duração dos direitos exclusivos de sua petrolífera estatal às imensas reservas de petróleo e gás do país, o que levantou dúvidas sobre a produção de longo prazo da Saudi Aramco e deixou entrever uma disputa de poder entre a empresa e o governo.

O acordo de concessão da Saudi Aramco com o Estado limitou a 40 anos o prazo em que o grupo pode explorar e desenvolver os recursos. O contrato anterior previa "perpetuidade" no acesso. Haverá uma opção para renovar o contrato.

Segundo três pessoas que tomaram conhecimento da mudança, a decisão faz parte dos preparativos do governo para a abertura de capital da Saudi Aramco, que foi adiada indefinidamente.

O ministro da Energia da Arábia Saudita, Khalid al Falih, presidente do conselho de administração da empresa e ex-executivo-chefe, insiste em dizer que o governo está comprometido com a abertura de capital, apesar dos crescentes sinais de que o país não tem condições ou disposição para executar a operação.

Na semana passada, Falih disse que um novo contrato de concessão havia sido acertado como parte do processo da oferta pública inicial de ações, que também inclui a reformulação dos balanços financeiros da Saudi Aramco e a realização de uma auditoria independente de suas reservas de fontes de energia. Na ocasião, ele não entrou em detalhes sobre as condições do contrato.

O ministro da Energia saudita disse ao "Financial Times" que o novo contrato era "um dos vários passos tomados para preparar a Saudi Aramco para ter ações negociadas" e acrescentou que o governo está comprometido a "prosseguir com a oferta inicial, quando as condições forem ideias, no momento que [o governo] escolher".

A mudança jurídica busca formalizar a relação entre a Saudi Aramco e o governo, antes da possível abertura da empresa aos investidores estrangeiros,

de acordo com as três fontes. Também sugere que a ambição é de uma venda de mais de 5% da empresa.

Com o processo de abertura congelado, pessoas próximas à empresa dizem que a mudança é um exercício supérfluo que apenas serve para exercer controle ministerial sobre a Saudi Aramco, que lutava para manter seu contrato perpétuo.

Inicialmente, o governo queria um contrato com duração ainda menor - mais próximo ao das petrolíferas internacionais, que têm acordos de 20 anos. Isso, contudo, teria ramificações no que a empresa pode declarar como sendo reservas suas, nos planos de desenvolvimento de longo prazo e na eventual avaliação do valor de suas ações.

Alguns especialistas no setor de petróleo e gás se perguntam se o acordo de concessão poderia levar a Saudi Aramco a aumentar o ritmo de produção de petróleo. Outros sugerem que a mudança poderia sinalizar uma iniciativa do governo para alterar sua política de produção, uma vez que a indústria petrolífera prevê que a demanda por petróleo vai cair nas próximas décadas.

"Para as empresas de petróleo, frequentemente, quanto mais curta a concessão, mais cedo você precisa produzir os recursos", disse John Lee, professor da Texas A&M University. "Sempre foi uma enorme vantagem ter uma concessão sem nenhum vencimento."

Mesmo assim, uma concessão de 40 anos ainda é maior do que a maioria dos contratos do setor de petróleo e, como a Saudi Aramco é a principal fonte de receita do país, também ainda não surgiram sinais de que não haveria uma renovação. **(Colaborou Ahmed Al Omran).**

MME / ASCOM .